

SÉRVIA

REPÚBLICA DA SÉRVIA, INCLUINDO O KOSOVO

Chefe de Estado:	Boris Tadić
Chefe de Governo:	Mirko Cvetković
Penas de morte:	abolicionista para todos os crimes
População:	9,9 milhões
Esperança média de vida:	73,9 anos
Taxa de mortalidade – menores de 5 anos (m/f):	15/13 por 1000
Taxa de literacia nos adultos:	96,4 por cento

A Sérvia registou alguns progressos no julgamento de crimes de guerra pelos tribunais nacionais. A discriminação contra as comunidades minoritárias continuou tanto na Sérvia como no Kosovo, onde persistiu a violência interétnica. A missão de polícia e justiça da União Europeia (UE) assumiu as responsabilidades da Administração Interina da ONU no Kosovo (UNMIK). Mais refugiados foram repatriados à força para o Kosovo.

Desenvolvimentos políticos gerais

O Procurador-Chefe do Tribunal Penal Internacional para a ex-Jugoslávia (Tribunal) apresentou em Dezembro um relatório positivo sobre os progressos na cooperação da Sérvia com o Tribunal. Na sequência deste relatório, a UE desbloqueou o acordo comercial interino com a Sérvia e este país pediu formalmente o estatuto de candidato à adesão à UE, pendente da decisão sobre o desbloqueamento do Acordo de Estabilização e Associação. O progresso tinha anteriormente estado dependente da detenção do ex-general sérvio-bósnio Ratko Mladić e do antigo líder croata-sérvio Goran Hadžić, ambos indiciados pelo Tribunal.

Em Dezembro, o Tribunal Internacional de Justiça apreciou as queixas sobre a legalidade da declaração unilateral de independência do Kosovo, em 2007, a qual tinha sido reconhecida por 64 países até ao final do ano.

Sérvia

Justiça internacional

O Tribunal condenou em Fevereiro cinco políticos, polícias e líderes militares sérvios por crimes de guerra e crimes contra a humanidade. O antigo vice-primeiro-ministro jugoslavo Nikola Šainović, o general do Exército Jugoslavo (VJ) Nebojša Pavković e o general da polícia sérvia Sreten Lukić foram condenados por deportação, transferência forçada, homicídio e perseguição (incluindo violações) de milhares de kosovares de etnia albanesa durante o conflito de 1999 no Kosovo, e cada um foi sentenciado a 22 anos de prisão. O antigo coronel-general do VJ Vladimir Lazarević e o ex-Chefe do Estado-Maior general Dragoljub Odjanić foram condenados por cumplicidade nas deportações, transferências forçadas e outros actos desumanos, e cada um foi condenado a 15 anos de prisão. O antigo presidente Milan Milutinović foi absolvido.

Em Janeiro foi aberto um processo contra o Ministro-adjunto do Interior Vlastimir Đorđević, indiciado por crimes contra a humanidade e crimes de guerra no Kosovo. Foi acusado de responsabilidade pelos crimes cometidos pela polícia, que levaram à deportação de 800 mil civis albaneses, desaparecimento forçado de mais de 800 e de liderar uma conspiração para esconder os seus cadáveres, que foram transportados para a Sérvia para serem sepultados.

Também em Janeiro, foi suspenso o processo contra Vojislav Šešelj, líder do Partido Radical Sérvio, indiciado por crimes contra a humanidade e crimes de guerra na Croácia e na Bósnia-Herzegovina (BiH). Foi condenado em Julho por desrespeito ao tribunal, por revelar as identidades de testemunhas protegidas.

A Câmara de Recursos apreciou em Outubro o pedido da Acusação para a repetição do julgamento do kosovar albanês Ramush Haradinaj, ilibado de crimes de guerra em 2008.

Sistema judicial: crimes de guerra

Prosseguiram na Câmara Especial de Crimes de Guerra de Belgrado os processos judiciais relacionados com a BiH, Croácia e Kosovo.

Em Abril, quatro agentes de polícia sérvios foram condenados a penas entre 13 e 20 anos de prisão pelo assassinato de 48 membros da família Berisha e de Abdullah Elshani, na localidade de Suva Reka/Suharekë, Kosovo, em Março de 1999. Dois oficiais superiores foram absolvidos.

Em Junho, quatro membros do grupo paramilitar Escorpiões foram condenados pelo homicídio de 20 civis albaneses em Podujevo/ë, em Março de 1999, e sentenciados a penas entre os 15 e os 20 anos de prisão.

Em Setembro, dois antigos agentes de polícia foram absolvidos do desaparecimento dos irmãos Bytici, de dupla nacionalidade albanesa e norte-americana, ocorrido após a guerra. A Acusação recorreu imediatamente do veredicto.

Prosseguiu o julgamento do Grupo de Gnjilane, de etnia albanesa, acusado pela prisão, tortura e abusos (incluindo violações) de 153 civis, e pelo homicídio de pelo menos 80 deles em 1999. Trinta e quatro pessoas continuavam desaparecidas. Oitos acusados foram julgados à revelia.

Em Novembro foram detidos cinco homens suspeitos de envolvimento na morte de 23 civis ciganos na localidade de Sjeverin, na BiH, em 1992. Os ciganos foram alegadamente presos e torturados, os homens foram forçados a violarem-se uns aos outros e as mulheres foram repetidamente violadas.

Prosseguiram as investigações ao alegado sequestro e tortura de sérvios pelo Exército de Libertação do Kosovo na Casa Amarela, nos arredores de Burrel, Albânia, já depois da guerra.

Tortura e outras formas de maus-tratos

Em Janeiro, o Comité Europeu para a Prevenção da Tortura publicou o seu relatório sobre a visita realizada em Novembro de 2007 aos locais de detenção na Sérvia. O relatório incluía menos alegações do que os referentes a anteriores visitas, mas os maus-tratos continuavam, incluindo o uso desproporcionado da força durante a detenção.

O Comité da ONU contra a Tortura (CAT) considerou em Julho que Besim Osmani foi sujeito a tratamento ou punição cruel, desumano e degradante durante o seu despejo à força de um acampamento em Belgrado em Junho de 2000. O CAT notou que "o seu sofrimento físico e mental [foi] agravado pela... sua etnia cigana..., uma minoria historicamente vítima de discriminação e preconceito". As autoridades tinham recusado abrir uma investigação, negando desta forma o direito de Besim Osmani à investigação rápida e imparcial do seu caso e o seu direito a receber compensação.

Condições nas prisões

O Comité Europeu para a Prevenção da Tortura deu conta da grave sobrelotação nas cadeias e das "delapidadas" condições de detenção, principalmente na Prisão do Distrito de Belgrado. Os prisioneiros eram ainda maltratados no Instituto Correccional de Požarevac-Zabela, e os abusos eram aparentemente encobertos através da alteração dos registos de "meios coercivos". No hospital da Prisão Especial de Belgrado, os doentes do foro psiquiátrico eram

agredidos com bastões. O Comité manifestou a sua preocupação relativamente à qualidade dos registos médicos dos reclusos.

Segundo uma ONG local, em Janeiro os advogados do detido N.N. foram impedidos de aceder ao seu registo médico. N.N. tinha alegado que o seu braço tinha sido partido em 2008 pelos guardas prisionais no Centro Correccional de Niš. Em Novembro, cinco seguranças foram detidos sob suspeita de abusos e torturas contra reclusos da Prisão Distrital de Leskovac em Janeiro.

As emendas à Lei de Execução das Sanções Penais adoptadas em Agosto melhoraram o sistema interno de queixas. A lei sobre supervisão interna não foi adoptada, e o Mecanismo Nacional de Protecção obrigatório ao abrigo do Protocolo Opcional à Convenção das Nações Unidas contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes ainda não tinha sido criado no final do ano.

Direitos das pessoas lésbicas, homossexuais, bissexuais e transexuais

Em Março foi adoptada a Lei Anti-Discriminação. Tinha sido anteriormente retirada devido a pressões da Igreja Ortodoxa sérvia e de outras instituições religiosas. Estas instituições opunham-se a artigos que garantiam a liberdade religiosa e o direito à não-discriminação por causa da orientação sexual ou identidade de género.

A marcha de Orgulho Gay de Belgrado, agendada para Setembro, não se realizou porque as autoridades decidiram à última hora não providenciar segurança no trajecto previsto, devido às ameaças de grupos de direita.

Discriminação – Ciganos

Em Junho, o Comité Consultivo do Conselho da Europa sobre a Convenção-Quadro para a Protecção das Minorias Nacionais recomendou que o sistema judicial devia procurar resolver de forma mais eficiente o problema da discriminação contra as minorias, e que deviam ser tomadas medidas para dar documentos de identidade aos ciganos e combater a discriminação de que eram vítimas na educação, emprego, saúde e habitação.

Ainda em Junho, G.H., um deslocado interno proveniente do Kosovo, foi atacado por 10 desconhecidos em Belgrado. G.H. foi levado para o hospital com lesões pulmonares, mas mais tarde abandonou as instalações. Não teve direito a assistência médica por não ter documentos de identidade e a polícia recusou investigar o seu caso. Em Julho registaram-se mais três ataques contra a mesma comunidade. Ninguém foi responsabilizado.

Os moradores de vários acampamentos ciganos ilegais foram desalojados à força.

■ Deslocados do Kosovo foram desalojados em Abril de um acampamento temporário no bairro de Blok 67, em Nova Belgrado, por causa Universíadas de Junho de 2009. Foi disponibilizada acomodação temporária, mas os moradores locais tentaram incendiar os contentores para impedir os ciganos de se mudarem para lá. Cerca de 60 famílias aceitaram alojamento alternativo sem água nem electricidade. Outros permaneceram no bairro de Blok 67 sem alojamento permanente. Durante a realização das Universíadas, em Junho, foi erguida à sua volta uma vedação que restringia a sua liberdade de movimentação.

Defensores dos direitos humanos

As mulheres defensoras dos direitos humanos, principalmente aquelas que trabalhavam na área dos crimes de guerra, justiça transicional e corrupção, foram sujeitas a ameaças continuadas contra a sua vida e bens, ataques por parte da comunicação social e acusações judiciais maliciosas. As autoridades não as protegeram devidamente. Em Junho, activistas anti-fascistas foram atacados duas vezes por membros do grupo de extrema-direita Honra (Obraz) por causa do seu apoio aos ciganos despejados.

Violência contra as mulheres

Emendas introduzidas no Código Penal aumentaram as penas para a violência doméstica e tráfico, e introduziram o crime de exploração consciente de pessoa traficada. O projecto de lei contra a violência doméstica foi criticada pelas ONGs por não reforçar os mecanismos de protecção e não garantir a acusação judicial daqueles que violaram as ordens de protecção.

Kosovo

A UNMIK continuou a desempenhar um papel nas relações entre a Sérvia e o Kosovo, de acordo com o plano de 2008 da ONU. Algumas das suas responsabilidades foram assumidas pela missão de polícia e de justiça da UE (EULEX).

Foi criado um Tribunal Constitucional para rever legislação e receber queixas de violações dos direitos humanos pelas autoridades do Kosovo. Em Junho, a Assembleia do Kosovo nomeou um Provedor de Justiça.

Em Setembro, 22 membros da ONG Auto-Determinação! (Vetevendosje!) foram detidos por danificarem veículos da EULEX durante uma manifestação contra um protocolo de cooperação entre o Ministério do Interior sérvio e a polícia da EULEX.

O Partido Democrático do Kosovo, no poder, venceu as eleições locais de Novembro, que ficaram marcadas pela violência. Apesar das provisões para a descentralização municipal, os sérvios do Kosovo boicotaram as eleições e não conseguiram conquistar os municípios onde são maioritários.

Sistema judicial: crimes de guerra

A EULEX e o Ministério da Justiça criaram painéis judiciais mistos e um Gabinete de Procuradores Especiais, o qual incluía procuradores locais, para investigar os crimes de guerra e outros crimes graves.

Em Março, Gani Gashi foi condenado por homicídio, tentativa de homicídio e danos corporais graves contra pessoas de etnia albanesa em 1998, tendo sido sentenciado a 17 anos de prisão.

Em Setembro, quatro sérvios do Kosovo foram detidos em Novo Brdo/Novobërdë por suspeita de crimes de guerra, incluindo tratamento desumano e detenção ilegal de albaneses do Kosovo em 1999.

Em Outubro, na repetição do julgamento do Grupo de Llapi ordenada pelo Supremo Tribunal, Latif Gashi, Nazif Mehmeti e Rrustem Mustafa-Remi foram condenados por tortura e tratamento desumano de civis detidos em Llapashtica/Lapaštica em 1998-1999. Foram sentenciados a penas entre três e seis anos de prisão. O membro albanês do painel judicial tornou público o seu descontentamento com o veredicto.

Desaparecimentos forçados e sequestros

Cerca de 1800 famílias do Kosovo e da Sérvia continuavam, no final do ano, a não saber o paradeiro de familiares. Em Dezembro de 2008, a EULEX tinha assumido a responsabilidade pelo Gabinete de Pessoas Desaparecidas e Medicina Legal (OMPF). Até Dezembro tinham sido exumados os restos mortais de 101 pessoas, 83 dos quais foram devolvidos às famílias. Os restos mortais de 400 pessoas anteriormente não identificadas foram enviados para a Comissão Internacional de Pessoas Desaparecidas para serem identificados através de análises de ADN. Em alguns casos foram abertas investigações.

As famílias dos desaparecidos realizaram várias manifestações exigindo o regresso dos familiares. As emendas à Lei das Vítimas Civis da Guerra de 2006, que previam a compensação dos familiares dos desaparecidos, ainda não tinham sido introduzidas no final do ano.

Tortura e outras formas de maus-tratos

Em Janeiro, o Comité Europeu para a Prevenção da Tortura publicou o seu relatório sobre a visita realizada em Março de 2007 aos locais de detenção no Kosovo, então sob controlo da UNMIK. O Comité denunciou a violação dos direitos dos detidos e maus-tratos por parte da polícia sérvia do Kosovo e criticou as condições na maior parte das instituições psiquiátricas e de assistência social. O Comité denunciou ainda a existência de maus-tratos em várias prisões a cargo da Unidade de Intervenção, incluindo o espancamento de detidos juvenis do sexo masculino no Centro Correccional de Lipjan/Lipljan.

Impunidade

Em Março, o Representante Especial do Secretário-Geral da ONU (SRSG), alegando motivos de segurança, recusou autorizar uma audiência pública no Painel Consultivo dos Direitos Humanos da UNMIK (HRAP) relacionada com o fracasso da UNMIK em trazer perante a justiça membros da Unidade Reformada de Polícia da Roménia. Uma investigação interna considerou que eram responsáveis pela morte de dois homens, Mon Balaj e Arbën Xheladini, e pelos ferimentos graves de outros dois devido ao uso indevido de balas de borracha, a 10 de Fevereiro de 2007. Embora o HRAP tenha decidido realizar uma audiência pública em Junho, o SRSG afirmou em Maio que não assistiria à mesma "nos termos previstos pelo painel", tendo anunciado em Outubro que seria aprovada uma Directiva Administrativa "para clarificar o âmbito das audiências públicas".

Crimes interétnicos

O Secretário-Geral da ONU informou em Setembro que o número de incidentes de violência afectando comunidades minoritárias aumentou. As divisões interétnicas entre sérvios e albaneses do Kosovo e os ataques continuaram, principalmente na região de Mitrovicë/a Norte, controlada pelos sérvios. Em Julho e Agosto, ciganos foram alvo de ataques e ameaças nas localidades de Gjilane/Gnjilane e Ferizaj/Uroševac, respectivamente.

Em Março, o Supremo Tribunal anulou a condenação em Junho de 2008 do albanês Florim Ejupi pelo ataque à bomba contra o autocarro Niš-Ekspress junto a Podujevë/o, em Fevereiro de 2001, no qual morreram 11 sérvios e pelo menos 40 outros ficaram feridos. Uma nova investigação foi aberta em Maio.

Em Abril, albaneses regressados a Kroi i Vitakut/ Brđani, em Mitrovicë/a Norte, foram impedidos pelos sérvios de reconstruírem as suas casas. Durante 10 dias, a polícia da EULEX e as tropas da Força da NATO no Kosovo (KFOR) usaram gás lacrimogéneo e granadas de atordoamento contra manifestantes, um dos quais ficou ferido. Em meados de Maio, os sérvios foram autorizados a reconstruir as suas casas, tendo sido erguida uma barreira de arame farpado patrulhada pela polícia da EULEX entre as construções. Em meados de Agosto e Setembro registaram-se novos casos de violência.

Discriminação – Ciganos

Os ciganos continuaram a ser discriminados, incluindo no acesso à educação, cuidados de saúde e emprego. Poucos usufruíram do direito a uma habitação adequada. A maior parte continuava a não ter documentos de identidade que permitissem registar a sua residência e estatuto.

O plano de acção para implementar a Estratégia para a Integração dos ciganos, ashkalis e egípcios ainda não tinha sido implementado. Cerca de 75 por cento das mulheres ciganas eram analfabetas e tinham pouca protecção contra a violência doméstica. Em Outubro, ONGs denunciaram que os ciganos estavam a ser discriminados nas candidaturas a apartamentos "multiétnicos" na aldeia predominantemente sérvia de Llapje Sellë/Llapje Selo.

Em Junho, o HRAP considerou parcialmente admissível uma queixa apresentada contra a UNMIK por 143 deslocados ciganos, ashkalis e egípcios residentes nos campos administrados pela UNMIK em Mitrovicë/a Norte. Os residentes alegaram ter sofrido

envenenamento com chumbo e outros problemas de saúde derivados da proximidade do complexo mineiro e siderúrgico de Trepçë/Trepča.

Regressos forçados

Vários estados-membros da UE e a Suíça negociaram acordos bilaterais com o Kosovo para o repatriamento forçado de minorias, incluindo ciganos. Sérvios do Kosovo foram repatriados à força do Luxemburgo em Novembro. A estratégia de regresso e reintegração acordada pelas autoridades do Kosovo e pela UNMIK em 2007 não foi devidamente financiada ou implementada pelo governo ou pelas autoridades municipais.

Em Novembro, o ACNUR, a agência dos refugiados da ONU, afirmou, em consideração sobre as necessidades de protecção internacional, que os sérvios, ciganos e albaneses em situação minoritária continuavam a enfrentar perseguições ou a ser prejudicados por actos discriminatórios cumulativos. O ACNUR afirmou que 137 pessoas, incluindo 24 albaneses, 30 sérvios e 54 ciganos, ashkalis e egípcios, tinham regressado voluntariamente ao Kosovo entre Janeiro e Abril. Durante o mesmo período, 936 pessoas foram repatriadas à força por países europeus para o Kosovo, uma subida de 27,3 por cento relativamente a 2008.

Violência contra as mulheres

O OMPF registou 400 casos de agressões sexuais no Kosovo entre 2003 e 2008, nos quais apenas 10 por cento dos suspeitos foram sujeitos a exames médico-legais. Mais de um terço das vítimas tinham menos de 16 anos. Um estudo realizado em 2009 revelou que a maior parte das agressões sexuais não eram denunciadas às autoridades.

Visitas/relatórios da Amnistia Internacional

🚗 Delegados da Amnistia Internacional visitaram a Sérvia e o Kosovo em Fevereiro.

📄 Sérvia: Enterrar o passado – 10 anos de impunidade para os desaparecimentos forçados no Kosovo (EUR 70/007/2009)

📄 Sérvia: Defensores dos direitos humanos em risco (EUR 70/014/2009)

📄 Preocupações nos Balcãs: Sérvia, incluindo Kosovo, Janeiro-Junho de 2009 (EUR 70/016/2009)

📄 Sérvia: “Briefing” ao Comité dos Direitos do Homem (EUR 70/015/2009)